



Pandemia e quilombos: os impactos da Covid-19 em dois quilombos amazonenses

Ozaias da Silva Rodrigues¹

Resumo

Discuto neste artigo os impactos da pandemia da Covid-19 em dois quilombos do Amazonas: Barranco de São Benedito, localizado em Manaus, e Santa Teresa do Matupiri, em Barreirinha, trazendo informações também sobre as outras comunidades de Barreirinha além de Santa Teresa. Discuto sobre os percalços da vacinação nesses dois quilombos, bem como a questão dos apoios que essas comunidades tiveram no quesito de alimentação e higiene, entre outras questões. Ambas as comunidades já tinham, antes da pandemia, dificuldades que são estimuladas pelo racismo e por preconceitos, sendo esta mais um adendo às adversidades com as quais os quilombolas precisam lidar cotidianamente. A discussão aqui proposta se dá a partir de bibliografia sobre comunidades quilombolas amazonenses e de conversas que tive com duas lideranças.

Palavras-chave: pandemia, covid-19, quilombos, Amazonas

Introdução

O presente artigo faz parte da pesquisa que estou desenvolvendo durante o curso de Doutorado em Antropologia Social (UFAM). Nessa pesquisa dialogo com comunidades quilombolas amazonenses e cearenses, a fim de investigar questões que se relacionam com os impactos da pandemia da Covid-19 e as reações dos quilombolas a ela. Para esse artigo serão consideradas as comunidades amazonenses com as quais estabeleci contato através de suas lideranças: Maria Amélia, liderança em Barreirinha e Keilah Fonseca, liderança em Manaus.

As comunidades interlocutoras amazonenses são o Barranco de São Benedito, em Manaus, e Santa Teresa do Matupiri, em Barreirinha². Em tempos de isolamento social foi

¹ Licenciado Pleno em História, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Antropologia pelo PPGA Associado entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Doutorando em Antropologia Social/Universidade Federal do Amazonas e Bolsista FAPEAM, membro voluntário do Memorial Inumeráveis e membro do projeto de extensão Pandemias na Amazônia (UFAM).

² “O município de Barreirinha está a 375 km de Manaus, em linha reta, e a 420 km, por via fluvial. Das quatro Mesorregiões, o município pertence à terceira *Mesorregião Centro Amazonense* formada por seis microrregiões e trinta municípios. A 6ª microrregião de Parintins é composta pelos municípios de Barreirinha, Boa Vista do

preciso adaptar a pesquisa ao contexto, logo, entrevistei as duas interlocutoras através de um aplicativo de comunicação virtual. Percebi que a comunicação virtual faz parte do cotidiano dessas lideranças pois foi fácil contatá-las, mesmo não as conhecendo pessoalmente, e dialogar sobre o contexto pandêmico.

Sobre negros e quilombolas na Amazônia

Para contextualizar historicamente a população negra e quilombola na Amazônia recorrerei a paralelos entre o Amazonas, o Ceará e o Pará. Esses três Estados serão tratados numa perspectiva histórica que possa facilitar a compreensão do contexto amazônico. No caso paraense e amazonense o fator que nos leva a citá-los junto se deve por sua proximidade geográfica e por sua fisiografia específica - contexto amazônico. No caso do Ceará e do Amazonas ambos possuem vínculos migratórios, levando em consideração a ligação entre o Ceará e a Amazônia que foi efetivada pela migração dos “soldados da borracha” cearenses e de outros estados do Nordeste para a região, como aponta Silva (2015).

Reforçando isso Bandeira (2013) escreve que:

Com a produção gomífera na região amazônica, o governo federal incentiva a migração de nordestinos para os seringais. Do Ceará foram cerca de 300.000, ensejando a aproximação de cearenses, nordestinos, com os nativos da Amazônia, conhecidos regionalmente como caboclos. Em plena selva, os caboclos cearenses, na região Acre-Purus na década de 1940 se tornam *soldados da borracha* (Bandeira 2013: 40).

Amazonas e Ceará têm em comum, historicamente falando, um quantitativo baixo, quando comparados a outros Estados, de população de escravizados que foram levados para os seus territórios, como aponta Moura (1992: 11), sendo que o Amazonas tem um quantitativo ainda menor do que o do Ceará.

No caso paraense, por exemplo, Vicente Salles (2005) aponta que a presença indígena é a dominante, sendo que o elemento negro foi introduzido como forma de resolver questões econômicas e políticas que tensionaram a ocupação da província do Grão-Pará, durante os

Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatamã e Urucará. Manaus, a capital do Estado, está situada nesta mesorregião” (Ranciaro 2019: 120, 2º nota de rodapé).

séculos XVII e XVIII. Porém, Salles (2005) também aponta que apesar do baixo contingente de população africana essa mesma população marcou profundamente a formação do Pará. Com o Amazonas e o Ceará não foi diferente. Ainda tomando o Pará como exemplo, como coloca Arthur Ferreira Reis, no Prefácio ao *O negro no Pará sob o regime da escravidão* de Salles (2005),

[...] ao invés de uma presença insignificante a do negro, na verdade fora, senão maior em conflito com a indígena, de uma significação ponderável, muito ponderável. [...] “o negro não deixou de plasmar aí sua personalidade, de influir étnica e culturalmente, além de constituir, durante todo o regime da escravidão, o suporte da economia agrária (Salles 2005: 18-19).

Trago aqui um pouco da historiografia acerca do negro no Pará, pois é importante apontar algumas questões relacionadas à presença do elemento negro em outros Estados da região amazônica, visto que há relações migratórias de escravizados entre o Pará e o Amazonas, inclusive entre o Ceará e essa região, como Bandeira (2013: 41) atesta um fluxo migratório de escravos fugidos entre Ceará, Pará e Amazonas. Esses escravos fugiam entre os que migravam (retirantes das secas cearenses) para a região amazônica na segunda metade do século XIX alegando serem livres.

De forma geral as comunidades remanescentes de quilombo ainda estão muito associadas à fuga da população outrora escravizada. E aqui cabe ressaltar que a organização dessas fugas foi iniciativa do próprio negro, como aponta Salles (2004: 85) e sobre isso ele escreve que:

O processo tradicional da busca da liberdade consistiu invariavelmente na fuga para os matos, onde os negros se reuniam, solidários entre si, e formavam os quilombos. A fuga deve ter sido, no começo, solução bastante difícil e arriscada. Na floresta o negro achava-se sozinho. Às vezes conseguia chegar a alguma aldeia indígena e, por sorte, acabava vivendo com os silvícolas. Bandeava-se desta forma para grupos totalmente estranhos e que, como ele, só tinham um traço em comum: o ódio ao branco dominador. Há na crônica da escravidão muitos casos ilustrativos e que destroem o mito da incompatibilidade étnica (Salles 2005: 237).

Além da busca por abrigo em terras indígenas³ a população escravizada paraense aderiu em massa à Cabanagem como outra forma de conseguir a sua liberdade, mas junto com a própria Cabanagem essa outra possibilidade de liberdade foi desbaratada. Assim, essa população

[...] teve que voltar aos métodos tradicionais para a busca da liberdade não consentida: a fuga e posterior agregamento nos quilombos que, a partir de então, se multiplicaram em quase toda a Amazônia. Na mesma proporção, o Estado, guardião da propriedade privada, conforme os interesses dos donos do poder, continuou com sua polícia e sua justiça à serviço dos poderosos, caçando negros fujões e destruindo seus quilombos (Salles 2004: 92).

Essa e outras informações postas no livro *O negro na formação da sociedade paraense*, de Vicente Salles, sugerem que após o desbaratamento da Cabanagem a população negra se espalhou mais ainda pela floresta amazônica, chegando a recantos ainda não conhecidos⁴ e assim formaram quilombos que se constituíram, ao longo do tempo, em comunidades quilombolas.

Trazendo um pouco da legislação amazonense que criminalizava certas atividades dos cativos, temos a população escravizada aparecendo no *Capítulo XII - Dos jogos proibidos e escravos*, das Posturas Municipais do Amazonas, de 1848 (Sampaio 2016). As restrições a essas populações incluem a não possibilidade de aluguel de imóveis, sendo o trânsito na cidade, depois das nove horas da noite, permitido apenas com licença escrita dos seus senhores, além de haver punição para quem omitisse informações sobre a existência de mocambos. As penas eram basicamente multas e prisão de alguns dias (Sampaio 2016: 31).

³ Sobre isso um paralelo pode ser feito a partir do que nos narra Jeffrey E. Harris (2011) sobre os escravizados na América do Norte: “[...] os africanos fomentaram também uma série de complôs, desencadeando assim várias insurreições. Uma grande parte das plantações encontrava-se longe de zonas propícias à rebelião, tais como as montanhas da Jamaica ou da selva da Guiana. No entanto, muitos escravos das colônias meridionais da América do Norte resolveram se esconder junto aos índios ou em outras comunidades. Na Flórida, por exemplo, um grupo de escravizados fugiu e se juntou aos índios seminóis, com os quais organizaram ataques contra as plantações vizinhas” (Harris 2011: 143-144).

No caso amazônico brasileiro temos as descrições de Bandeira (2013) que tratam das trocas culturais que fomentaram, por exemplo, o estabelecimento da identidade afro-indígena brasileira: “Napoleão Figueiredo, ao revisar a historiografia, aponta que mais de 53.000 escravos provenientes da África foram introduzidos na região amazônica através do porto de Belém. Apesar disso, sabe-se que estes interagiram com modos de vida indígena, em constantes empréstimos, trocas e sociabilidades, que legaram, para as culturas amazônicas, como para todo o Brasil, saberes, fazeres, agires, crenças, rituais, cosmologias, identidades reinventadas na diáspora atlântica que nos permitem concebê-los enquanto afroindígenas” (Bandeira 2013: 81).

⁴ A partir da narrativa de Salles (2004) depreende-se que a população escravizada que foi derrotada na Cabanagem migrou em parte para a província do Amazonas, como forma de se distanciar dos locais originais de seus cativeiros.

Já na Posturas Municipais de 1869 no título *VII - Jogos proibidos e escravos* temos também a restrição do trânsito após as nove horas da noite, com o adendo dos escravizados não poderem ser proprietários de nenhum estabelecimento comercial, além de sugerir uma propensão “natural”, de uma reunião de escravizados, em causar distúrbios nos estabelecimentos comerciais (Sampaio 2016: 54).

Na Postura de 1875 também no título *VII - Dos jogos e escravos* temos o adendo de penas contra escravos que participem ou tenham casas de jogos proibidos, além da possibilidade de ter estabelecimento comercial apenas com autorização do senhor (Sampaio 2016: 71). Já nas Posturas de 1881 a 1890 em diante os escravos não aparecem no texto legislativo. No caso da Postura de 1890 é fácil supor que esse sumiço tenha ocorrido devido à Lei Áurea, já que a partir dela não era mais possível ter respaldo jurídico para se falar de escravizados ou de punições a eles.

Ao compararmos o Ceará e Amazonas, por exemplo, percebemos que a outra peculiaridade histórica que liga os dois Estados é que ambos foram os pioneiros na libertação da população escravizada⁵, quatro anos antes da Lei Áurea de 1888, sendo o Ceará o primeiro a fazer isso e o Amazonas o segundo (Rosa 2019: 61)⁶. Em ambos os casos foi criada uma narrativa de inexistência/irrelevância negra nesses territórios por parte de determinados intelectuais, mas a presença negra nesses Estados segue incontestemente e expressiva.

Rosa (2019) ao discutir a categoria quilombo no contexto amazônico⁷ aponta como os antropólogos contribuíram para a ruptura de uma visão arqueológica acrítica do termo e que os

⁵ Na redação desse texto serão usados tanto os termos ‘escravo’ quanto ‘escravizado’. Contudo, acho necessário explicitar que o uso do termo ‘escravizado’ se deve sobretudo à desnaturalização da escravidão, tanto enquanto sistema de produção, quanto uma suposta fatalidade racial, ou seja, como se determinados grupos raciais estivessem biologicamente predispostos à ela por serem inferiores a outros grupos. É o que podemos perceber a partir da escrita de Comas (1970) quando escreve: “Para justificar a ambição grega de hegemonia universal, Aristóteles (384-322 a.C.) formulou a hipótese de que certas raças são, por natureza, livres desde o berço, enquanto outras são escravas (uma hipótese usada, como veremos, no século XVI para justificar a escravidão dos negros e ameríndios)” (Comas 1970: 13). E diz mais: “Juan Ginés de Sepúlveda (1550), numa tentativa de justificar a escravidão, baseado na hipótese de Aristóteles, admite a “inferioridade e perversidade naturais do aborígene americano”, assegurando que estes são “seres irracionais” e que “os índios são tão diferentes dos espanhóis como a maldade é da bondade e os macacos, dos homens” (Comas 1970: 14). Ou seja, o termo escravizado propõe despir a escravidão de qualquer determinismo biológico-racial que a sustente e a justifique, enfatizando que a mesma é na verdade uma construção histórico-cultural, localizada no tempo e no espaço.

⁶ Ou nas palavras de Filho (1931: 160): “O exemplo do Ceará, promovendo, por iniciativa particular, a abolição do elemento servil, teve apenas a imitá-lo a Província do Amazonas, porquanto as demais só conseguiram libertar-se da aviltante instituição em virtude do decreto de Dona Isabel, a Redentora, assinado em 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil”.

⁷ Rosa (2019) aponta nove comunidades de remanescentes quilombolas no Amazonas a partir de dados do INCRA.

pesquisadores do tema enfatizam as “identidades culturais com modos próprios de organização dos grupos étnicos que reivindicam direitos territoriais” (Rosa 2019: 59), manifestando assim uma dinâmica histórica própria. Logo, contemporaneamente falando, é preciso ir além das fugas que culminaram com a criação de quilombos tendo em vista que os descendentes desses quilombolas estão imersos em outra realidade temporal.

Um quilombo urbano na Amazônia

Já foi falado que o Amazonas assim como o Ceará tem um histórico de negação da presença negra em seus territórios e que a especificidade do Amazonas se dá pela ênfase nas populações indígenas. De forma geral, existem 9 comunidades de remanescentes quilombolas no Estado do Amazonas, como aponta Rosa (2019). É a partir do contexto que foi apresentado, sobre a população negra e quilombola, que podemos começar a pensar a realidade de dois quilombos amazonenses em específico: o Barranco de São Benedito e o de Santa Teresa do Matupiri. Começarei trazendo a fala das interlocutoras dissertando sobre as raízes dos seus quilombos e também a contribuição de alguns artigos e dissertações que tratam da caracterização histórica desses quilombos.

Começemos pelo Barranco de São Benedito. Inicialmente, trago a fala de Keilah Fonseca que nos diz o seguinte:

Hoje, a maioria, não todos, se aceita como negro, se aceita como quilombola, que é descendente de escravos. Nós chegamos na comunidade em 1890. A nossa matriarca da família é a vovó Severa, que é minha tataravó. Veio com seus três filhos, o Antão, o Manuel e o Raimundo. Eu sou bisneta do vô Raimundo. Então, pra mim, hoje, ser quilombola é levar à frente as nossas crenças, nossas religiões, nosso costume, que é o afro (Diálogo realizado em: 09/03/2021).

Reforçando a fala de Keilah, Silva (2019) escreve que no caso do Barranco de São Benedito:

A comunidade negra se constituiu a partir da vinda de migrantes maranhenses ex-escravizados e libertos em fins do século XIX da cidade Alcântara, no estado do Maranhão para a cidade de Manaus, que teriam se estabelecido na espacialidade do bairro Praça 14 de Janeiro. Nesse primeiro momento teria sido trazida por Maria Severa Nascimento, ex-escravizada, a imagem de São Benedito. A partir disso, constituiu-se a devoção ao santo preto que foi a primeira festividade realizada por esses migrantes maranhenses que buscavam

constituir formas de pertencimento e inclusão na sociedade pós-abolicionista (Silva 2019: 2).

Naquela época, Severa e seus descendentes se estabeleceram na Praça 14 visando melhores condições de vida e no começo “o local era cercado de árvores, não possuindo saneamento básico, luz elétrica, entre outros serviços de abastecimento” (Silva 2019: 5). O tempo passou e outros desafios se colocaram aos quilombolas do Barranco, como a luta pelo reconhecimento oficial que aconteceu em 2014 e ensejou mudanças significativas para a comunidade.

Porém, longe do reconhecimento oficial ter resolvido a questão da discriminação e racismo contra os quilombolas do Barranco (Silva 2019: 8-9) vê-se atualmente os reflexos disso no tocante aos impactos que a pandemia da Covid-19 teve sobre esse território. Uma das questões que se sobressai então são os estigmas em torno da identidade quilombola e nesse sentido a comunidade de São Benedito não escapou aos estigmas e discriminações, como aponta Rosa (2019):

A comunidade do Barranco de São Benedito é um território tradicionalmente ocupado, apesar do estigma, ou da exclusão social a que fora submetida ao longo das décadas, os agentes sociais continuam a afirmar o caráter dinâmico da identidade étnica dos seus membros, o que configura a mudança de um lugar social com a presença de negros, reafirmando com isso a existência político-social de uma comunidade quilombola (Rosa 2019: 66).

Assim, apesar dos estigmas e desafios, os quilombolas do Barranco conseguiram avanços consideráveis no quesito da visibilidade e apoio sociais que melhoraram a vida dos moradores da comunidade. Retomando a questão da pandemia, algo que se soma aos desafios impostos à comunidade, quem nos conta sobre os impactos da mesma é Keilah. A presidente da Associação das Crioulas nos narra as estratégias postas em prática pelos moradores da comunidade de São Benedito para que pudessem se proteger na pandemia:

Com a pandemia, no ano passado, em março de 2020, nós conseguimos driblar a pandemia de que forma? Nós fizemos um projeto para conseguirmos máscaras e com essas máscaras nós conseguimos fazer para a comunidades, as máscaras, nós conseguimos fazer uma parceria com o Instituto Pé na África, que é do professor Oton. Nós conseguimos máscaras não só para a comunidade, mas também para o quilombo de Serpa e quilombos de

Barreirinha, aqui no Amazonas. Então, nós trabalhamos arduamente nessa pandemia. Nós conseguimos máscaras doadas pelo terreiro da mãe Emília, que fica na Cidade Nova (bairro de Manaus), mais as máscaras que foram doadas pelo Instituto Pé na África através de uma linha que nós fizemos no nosso Facebook solicitando arrecadações. Nós conseguimos receita para mandar fazer as máscaras [...] Nós conseguimos várias doações da UNICEF, algumas cestas básicas da Ação Cidadania e a UNICEF nos apoiou bastante nessa pandemia. Nós fizemos vários projetos, eu estive na linha de frente, nessa pandemia, dentro da comunidade (Diálogo realizado em: 09/03/2021).

Em sua fala Keilah aponta essas parcerias que foram essenciais para que a comunidade se protegesse com as máscaras e conta dos cuidados que tinha para ir trabalhar durante os períodos de *lockdown*:

A comunidade respeitou o lockdown que teve, nós mantemos a comunidade com álcool em gel e máscaras. Todos estavam nas suas casas. Nossa preocupação foram os mais velhos, os griôs, porque eles sim tinham que ter mais cuidado, porque nós saíamos para trabalhar. A pandemia não nos impediu de sair para trabalhar, mas com todos os cuidados. Eu saía de casa com máscara, álcool em gel. Voltava pra casa, lavava as mãos, os braços, álcool em gel, trocava a roupa... então só saíram das casas quem realmente era necessário para trabalhar. Conseguimos cestas básicas, ranchos, material de higiene, para os idosos kit de higiene através da UNICEF. Então foi um trabalho muito bonito e nós conseguimos controlar a pandemia⁸ (Diálogo realizado em: 09/03/2021).

Ressalto então que além das máscaras o álcool em gel e outros produtos de higiene se tornaram prioritários nos cuidados cotidianos que visavam evitar o contágio. Afora a questão da necessidade de sair para trabalhar Keilah fala sobre a alimentação ou rancho, como na linguagem popular manauara, questão essa que se tornou nevrálgica num contexto que

⁸ Esse controle da pandemia, afirmado por Keilah, no território do Barranco de São Benedito deve ser visto exatamente como um controle feito pela população na medida do possível e nas condições que os moradores dispunham para lidar com a pandemia e tendo em vista que não receberam auxílio das instâncias públicas para isso. Assim, cabe ressaltar que mesmo com os cuidados houve infecções e óbitos na comunidade. Em uma entrevista concedida em Agosto de 2020 Keilah informou, durante um episódio do Podcast Pandemias na Amazônia, que até aquele momento, mês de agosto, duas pessoas da comunidade faleceram devido ao coronavírus no mês de março de 2020. Já na conversa que tivemos em março de 2021 ela me informou que muitos tinham se infectado (sintomáticos) sendo que pelo menos 12 pessoas faleceram na comunidade por causa do coronavírus. Ela citou dois primos e outras dez pessoas, entre parentes e amigos, que faleceram. O referido episódio de podcast está disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy8zMGMJkYWM2MC9wb2RjYXN0L3Jzcw/episode/NDljZDc4ODctNGE4ZC00Njg3LWE0NTktODZhNWUyMzBkNWQx?sa=X&ved=0CAUQkfYCaChKEwiY8eLxxPnvAhUAAAAHQAAAAQAQg&hl=pt-BR>. Acesso em: 12/04/2021.

exacerbou mais ainda as desigualdades sociais, sendo a insegurança alimentar uma das questões que se sobressaiu durante o contexto pandêmico:

Esse ano [2021] nós fizemos um projeto para conseguir cestas básicas, doações, nós conseguimos 150 cestas básicas e foi distribuído para a comunidade, para as pessoas com mais vulnerabilidade, os idosos e as famílias mais carentes é que foram agraciadas com essas cestas básicas. Então, para a gente foi uma felicidade poder fazer essa ação dentro da comunidade, para ajudar no momento da pandemia. Agora, tá parecendo que tá melhorando, mas nós estamos continuando com nossos cuidados dentro da comunidade e preservando os idosos porque eles já tomaram a primeira dose da vacina. Todos os idosos da comunidade já tomaram a primeira vacina e estão aguardando, daqui a três meses, no caso em maio, para tomar a segunda dose e ficarem imunizados⁹. E nós estamos aguardando a nossa, que é abaixo de 60 anos, para ter a oportunidade de sermos imunizados assim como foi com nossos grãos (Diálogo realizado em: 09/03/2021).

Ainda sobre isso, já em abril deste ano, 2021, Keilah disse o seguinte:

A maioria dos idosos da comunidade já foram vacinados e os idosos do Amazonas. Mas para quem tem comorbidade também está sendo feita a vacinação. Sobre a vacinação de quilombolas, ribeirinhos e indígenas, a gente não tem nenhum agendamento. O que eu estou sabendo é que profissionais da saúde, profissionais das Forças Armadas e militares que trabalham na área de saúde já estão sendo vacinados, mas não existe nenhuma programação no Amazonas para quilombolas ainda. Mas a maioria dos nossos idosos já foram vacinados porque eles estavam na idade para serem vacinados, fora isso eu não conheço ninguém que foi vacinado sem tá na agenda ou algum negro ou algum quilombola. Ainda não tem a programação não (Diálogo realizado em: 05/04/2021).

A partir disso, enfatizo duas coisas. Em primeiro lugar, percebe-se que os idosos da comunidade já foram vacinados com a segunda dose, mas destaco que o foram pelo critério etário de prioridade e não por serem quilombolas. Atentar para isso é importante para avaliarmos a capacidade de vacinação no Amazonas e quais as prioridades que estão sendo estabelecidas.

Em segundo lugar, mais uma vez, vê-se que a mobilização dos quilombolas, sobretudo das mulheres da Associação das Crioulas, em busca de apoio e doações garantiu naquele

⁹ Entre janeiro e março de 2021 os idosos da comunidade foram levados pelos familiares aos locais de vacinação para tomarem a primeira dose.

momento a alimentação dos moradores. Cabe ressaltar que as mulheres da Associação, antes da pandemia, já empreendiam diversas ações e projetos em prol da comunidade. A partir da narrativa de Keilah é possível perceber que o trabalho realizado pelas Crioulas é essencial para a qualidade de vida dos moradores¹⁰. Como ela bem coloca:

Nós temos na comunidade o festejo de São Benedito que já são 131 anos festejando nessa comunidade, que a matriarca da família, vovó Severa, foi passando de geração em geração, e só tomam conta as mulheres desse festejo, elas estão à frente. Os homens vêm fazendo a força, vem trazendo o mastro, fazendo o trabalho braçal, mas as mulheres que estão à frente. As mulheres se destacam na comunidade; nós somos as desbravadoras da comunidade porque as mulheres em maioria, dentro da comunidade, são as que trazem o sustento para as famílias, somos nós os ‘pais de família’, nós somos os ‘donos de casa’, nós que trazemos o alimento em maior parte das famílias [...] (Diálogo realizado em: 09/03/2021).

Logo, percebe-se que se as mulheres já estavam na linha de frente da comunidade antes da pandemia, durante a mesma essa condição de linha de frente, de quem ia trabalhar para trazer o sustento para dentro de casa, foi reforçada. É possível refletir ao mesmo tempo no nível de sobrecarga que essas mulheres experimentaram, e ainda experimentam, no contexto pandêmico. Assim, as mulheres estiveram à frente de ações que foram realizadas a fim de reduzirem os impactos da pandemia na comunidade. Keilah reforça isso ao dizer:

Não tivemos prioridade na vacinação e as nossas atividades aqui na comunidade, durante a pandemia, foi trabalhar pelo social na comunidade: conseguir cesta básica, conseguir álcool em gel, máscara. Foi um ano diferente dos outros, mas nós continuamos trabalhando na linha de frente, conseguindo as coisas com vários amigos e parceiros e distribuindo dentro da comunidade. A nossa produtividade na comunidade foi essa: trabalhar em prol dos nossos na pandemia, como linha de frente. As nossas famílias são sustentadas por nós que trabalhamos como autônomas. Muita gente aqui trabalha por conta própria. Eu sou gestora, mas não exerço essa função em nenhum local, mas exerço na minha comunidade, trazendo os benefícios para comunidade que são necessários. Muitas de nossas crioulas são professoras formadas, mas a maioria trabalha como prestadora de serviço. Além de fazerem o serviço de pedagogas elas também têm sua segunda renda, trabalhando com comida, com

¹⁰ Em sua narrativa Keilah entrelaça intimamente a sua identidade quilombola ao protagonismo feminino no Barranco de São Benedito. ‘Guerreira’ e ‘trabalhadora’ são adjetivos que se somam a essa identidade quilombola e que são usados por ela. Além disso, sua referência de identidade quilombola está bastante associada aos laços de parentesco – representados pelo termo ‘família’, sendo que há muitos parentes espalhados por Manaus e pelo Amazonas.

artesanato, corrigindo trabalhos de faculdade e dando aulas on-line. Foi dessa forma que nós mantemos o nosso sustento na pandemia. Foi dessa forma que nós conseguimos continuar trazendo alimento para família e de onde tiramos nossa renda (Diálogo realizado em: 09/03/2021).

Ela ainda revela um detalhe importante que possibilitou que as ações propostas pelas Crioulas pudessem ser efetivamente executadas:

E deixar bem claro que nós só recebemos essas ajudas da UNICEF e das parcerias que nós tivemos porque nós temos uma associação que tem CNPJ, porque sem essa associação nós não teríamos como ter credibilidade para fazer nenhum tipo de ação na comunidade. Pesa muito ter uma associação legalizada, pesa muito ter um CNPJ e ser respeitada. Sem essa associação nós não teríamos conseguido nada na comunidade, porque nada vem de graça. Tudo que nós conseguimos e foi distribuído tínhamos que prestar conta às pessoas que apostaram na gente, que acreditaram e que sabiam que nós íamos fazer um trabalho bonito. Então tudo foi prestação de conta. Todas as doações que nós tivemos nós registramos, batemos fotos, assinamos ata, para poder comprovar a distribuição das doações. Não é só chegar aqui e doar. Tem que prestar contas (Diálogo realizado em: 09/03/2021).

Ter uma associação legalizada, como ela disse, foi crucial para que as ações propostas pudessem minimizar os impactos da pandemia. Para além da burocracia com a qual essas mulheres tiveram que lidar, elas levaram a sério o seu papel de linha de frente. Muitos dos moradores do Barranco, que trabalham como autônomos, perderam significativamente suas rendas e as parcelas do auxílio emergencial, por exemplo, foram um mero suspiro num contexto de crescente insegurança alimentar e de renda. Foi preciso se reinventar, como puderam.

Apesar dos esforços e cuidados tomados, houve óbitos e muitos infectados sintomáticos. Sobre esse quadro Keilah assim nos narra:

Nós fomos esquecidos pelas autoridades, pelo poder público, não nos ajudaram em nada na comunidade. Tudo que aconteceu na comunidade foi através dos nossos esforços e das pessoas que ajudam as Crioulas e confiam no nosso trabalho. Nós tivemos parentes e amigos que foram infectados, que faleceram na comunidade em decorrência do vírus. Nós perdemos muita gente conhecida, parente, amigos, tios, tias, primas... A nossa Jenifer, que foi a mentora das Crioulas, se foi também com a Covid. Muitas pessoas foram infectadas na comunidade, muitas faleceram e outras ainda estão infectadas,

mas estão fazendo o tratamento em casa, porque o governo não nos olhou com outros olhos. Nos abandonou, não tivemos prioridade como quilombolas pra vacinação (Diálogo realizado em: 09/03/2021).

As mortes e o contágio chegaram ao quilombo mesmo com todos os cuidados e nesse cenário a negligência estatal, que é denunciada de forma contundente por Keilah, com as populações quilombolas se soma aos fatores que favoreceram essas mortes e esses contágios. Ainda acerca disso Keilah se expressa nos seguintes termos:

Tudo que nós conseguimos foi por nossos esforços mesmo, não teve ajuda, tivemos ajuda da UNICEF, mas o poder público não olhou pros quilombolas. [...] Na época da eleição nós fomos votar e nem as pessoas que foram eleitas pelo povo quilombola destinou nada para a comunidade. Eu fiz uma relação para a Fundação Palmares, no ano passado em março, ficaram de nos doar cesta básica em maio, passou para julho, passou para setembro, chegou em outubro falaram que em novembro iam dar cesta básica. Agora disseram que iam dar em fevereiro, nós já estamos em março de 2021 e nenhuma resposta tivemos. Então é o descaso do poder público pela nossa comunidade, pelas pessoas que estão infectadas, nós fizemos até cota para comprar oxigênio (Diálogo realizado em: 09/03/2021).

Para além da negligência e abandono das autoridades percebe-se que a comunidade sofreu junto com os não-quilombolas de Manaus os impactos da pandemia. Vale lembrar que Manaus esteve por semanas e meses, de forma cotidiana, entre 2020 e 2021, nos noticiários televisivos com um dos exemplos mais dramáticos no país de colapso do sistema de saúde e funerário. Infelizmente, o vírus chegou ao Barranco mesmo com os cuidados dos moradores e mobilização das mulheres.

As comunidades quilombolas do rio Andirá

Em se tratando de localização geográfica foi fácil para mim localizar o Barranco de São Benedito, morando em Manaus. Mas quando iniciei as conversas com Maria Amélia, destacada liderança entre os quilombolas de Barreirinha, confesso que tive uma dificuldade de enxergar geograficamente o município de Barreirinha, nessa imensidão amazonense cortada por incontáveis rios, afluentes, lagos e igarapés. Assim como no caso do Barranco não foi possível realizar um trabalho de campo in loco e senti certa dificuldade em compreender as especificidades das comunidades quilombolas do Andirá. Recorri então a pesquisas que foram

realizadas com essas comunidades e assim para contextualizar a realidade delas me baseio nos trabalhos de Maria Magela Ranciaro (2019) e de Renan Albuquerque & Georgio Ferreira (2019), além de matérias publicadas em alguns sites¹¹.

No caso da população quilombola do município de Barreirinha aponto que a mesma está distribuída em cinco comunidades, que são: Trindade, São Pedro, Santa Teresa do Matupiri, Boa Fé, Ituquara¹². Começarei por focar a ocupação de Santa Teresa do Matupiri, sendo que foi nessa comunidade onde se iniciou as mobilizações quilombolas. Veremos que Albuquerque & Ferreira (2019) citarão o Pará e os cabanos para falarem da ocupação negra no Andirá. A ocupação do território onde essas comunidades se encontram se iniciou há

mais de um século por grupos afrodescendentes. O mito fundador do Quilombo de Santa Teresa do Matupiri está na chegada do movimento cabano na Amazônia, especificamente na região do rio Andirá, cujos membros eram mestiços, negros, índios aldeados e destribalizados que coadunavam com os ideais Cabanos, que visava a melhoria das condições de vida das populações mais pobres dessa área do Brasil regencial. Essa versão histórica é um fato, e talvez justifique a presença negra nessas terras, ainda no primeiro quartel do século XIX. E, nos dias de hoje, os moradores da comunidade do Matupiri identificam-se como afrodescendentes, pois se consideram descendentes dos negros que lutaram na Cabanagem (Albuquerque & Ferreira 2019: 37).

Maria Amélia tem uma versão que se complementa a essa e cita a relevância dos pesquisadores para as comunidades do Andirá. Diz ela:

A primeira pesquisa que foi feita foi em 2005, com o levantamento da professora Ana Felícia e o professor Agdo, da UEA [Universidade do Estado do Amazonas]. Depois disso passou 2005, 2006, 2007, quando foi 2009 eles retornaram trazendo o resultado do levantamento: lá tinha sido encontrado mesmo as raízes quilombolas, que começou com o africano Benedito Rodrigues da Costa, que vinha de Angola, e casou com Jerônima, indígena sateré, dentro do município de Barreirinha. Foi lá em Santa Teresa do Matupiri, conhecido como Matupiri, que começou a pesquisa, que os universitários chegaram lá. Muitos já passaram por lá fazendo pesquisas. É por isso que hoje nossa população está bem divulgada, por causa dos pesquisadores. A gente quer que as pesquisas tenham retorno para o que for

¹¹ Consultei dois sites, Comissão Pró-índio e InfoAmazonia. Disponíveis em: <https://cpisp.org.br/sao-pedro-santa-fe-e-santa-tereza-do-matupiri/> e <https://infoamazonia.org/2020/08/26/portugues-quilombolas-do-rio-andira-e-o-enfrentamento-a-pandemia/>. Acesso em: 24/08/2021.

¹² Em Ituquara há dois núcleos: o de São Paulo do Açu e Paga, como informou Maria Amélia.

preciso para dentro do quilombo. Na educação, na saúde, na agricultura familiar... (Diálogo realizado em: 28/03/2021).

Vê-se que desde os antigos cabanos, que ocuparam inicialmente o território, a ancestralidade afro-indígena é citada e até hoje ela é lembrada e afirmada no discurso de lideranças como Maria Amélia. Além disso, ela aponta o quanto foi e é importante a presença de pesquisadores nessas comunidades para que elas tenham uma maior divulgação no que tange às suas demandas e especificidades.

Postas essas informações básicas sobre Santa Teresa do Matupiri, aponto que até o começo dos anos 2000 os moradores dessa e das outras comunidades quilombolas do Andirá tinham um vasto território a seu dispor para que pudessem praticar agricultura e a criação de animais, como apontam Albuquerque & Ferreira (2019: 38). Os problemas com relação ao território ocupado pelos quilombolas começaram depois que fazendeiros compraram, na década de 1980, várias terras ao redor dessas comunidades. Esses latifundiários começaram então a cercar o território quilombola e a limitar o acesso aos recursos naturais. Sobre isso Maria Amélia é enfática ao comentar acerca a perda de autonomia sobre o território o que acarretou numa inserção precária dos quilombolas nos latifúndios:

Hoje em dia eles não vivem mais disso [extrativismo vegetal]. Hoje em dia eles vivem de diária, de trabalho escravo, porque eles não trabalham mais para eles, trabalham para os outros. Fazendo campo de fazendeiro e no final do dia ganham aquela merreca de dinheiro, 30 reais, 35 reais, que é a diária. Então o que isso se significa? Voltaram a ter um trabalho escravo, porque antigamente não tinham que passar por isso e hoje tem (Diálogo realizado em: 11/03/2021).

Ela relaciona esse contexto com a pandemia dizendo:

Falar sobre pandemia dentro das nossas comunidades quilombolas... em 2014 nós tivemos a demarcação das nossas terras, mas não temos a titulação... mas falando sobre a sobrevivência do povo quilombola na pandemia eles viveram pouco, viveram atormentados e sem vender seu próprio gênero. Os fazendeiros tiraram a nossa sobrevivência, porque a entrada dos fazendeiros dentro das nossas comunidades não veio trazer felicidade. Vieram acabar com o jeito que nós vivíamos: vendendo nosso cipó, a nossa vassoura, o nosso pano, a nossa produção de artesanato. A gente vivia também da roça, que saía a farinha... então hoje em dia mudou-se. Fomos proibidos até na pescaria, de tirar o sustento do rio, porque fica em frente às fazendas que é dos grandes

fazendeiros. Ficou muito difícil tirar cipó, porque eles tomaram a frente dos terrenos de onde tirávamos o cipó, o ambé, o breu, a jutaicica, todos os materiais dos quais a gente vivia. Viveram do que tinham e do pouco da roça, da banana, do abacaxi, do que eles tinham para vender um ao outro dentro da comunidade, porque não podiam ir pra cidade, pois a pandemia estava bem forte (Diálogo realizado em: 19/06/2021).

A partir do que foi narrado é possível afirmar que mesmo antes da pandemia os quilombolas do Andirá já tinham a sua insegurança alimentar, mas por outro motivo: pelo cerceamento e redução de seu território original. Argumento então que a pandemia é mais um fator que se soma às adversidades que esses quilombolas já enfrentavam antes dela. É preciso entender a pandemia dentro desse contexto maior em que os quilombolas perderam uma parcela considerável de seu território, sendo que isso impactou na própria autonomia de geração de renda e de alimentação. Vemos assim que a pandemia agravou o quadro de insegurança alimentar, cerceando outras possibilidades de renda desses quilombolas. Ao mesmo tempo é de se admirar que mesmo assim eles tenham conseguido, a partir de uma gestão interna e comunitária, sobreviver.

Em artigo de 2019 Ranciaro (2019: 120) explícita, ao recordar de suas experiências anteriores com as comunidades do rio Andirá, entre 1996 e 1999, que elas eram identificadas como ribeirinhas e que uma década depois ao entrar em contato com as mesmas soube de sua afirmação enquanto comunidades quilombolas¹³. A autora cita o problema da especulação imobiliária, empreendimentos voltados ao agronegócio, exploração ilegal de madeira, a pesca predatória e etc (Ranciaro 2019: 121), além de descrever as diversas ações que foram suscitadas a partir do auto reconhecimento quilombola das populações de Barreirinha (Ranciaro 2019: 126), sendo o processo de construção dessa identidade o foco narrativo da autora.

Narrativas dos moradores das comunidades quilombolas do Andirá dão conta da invasão de seus territórios por fazendeiros de fora (Ranciaro 2019: 129), o que implica diretamente

¹³ Essa experiência lembra o que Mariana Ciavatta Pantoja (2016) descreveu de sua experiência com certos moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá acreano – identificados como Os Milton. Pantoja (2016) distingue as suas primeiras experiências com esses moradores, na década de 1990 sobretudo, que eram identificados como seringueiros e caboclos, das outras experiências que teve, já nos anos 2000, nas quais eles reivindicavam sua identidade indígena e passaram a pleitear um território sobreposto ao da Reserva Extrativista. Creio que a narrativa de Pantoja (2016) e a de Ranciaro (2019), com as devidas ressalvas, têm aspectos em comuns que são interessantes de se analisarem, como a auto análise da condição de pesquisadoras, das limitações teóricas, dos dilemas pessoais e da potência heterodoxa - além das expectativas - das experiências de campo.

numa limitação geográfica no uso comum da terra e no manejo de seus recursos¹⁴, sendo isso as consequências imediatas das

ameaças enfrentadas em decorrência da ocupação do território pelos agronegócios. A invasão ao território, por certo, vem comprometendo as habituais formas de apossamento das áreas de manejo. Trata-se de dificuldades de acesso aos recursos naturais aos quais as comunidades quilombolas sempre recorreram, seja para a venda de produtos ou para a manutenção e sustento familiar (Ranciaro 2019: 129).

Infelizmente, as diversas ações que foram desenvolvidas por órgãos governamentais ainda não deram a titulação definitiva e coletiva dessas terras, o que minimizaria, na visão dos quilombolas, os impactos negativos das invasões aos seus territórios. Reforço então que além dessas invasões e o assédio do agronegócio a pandemia se somou às ameaças que rondam os quilombolas de Barreirinha. Em uma conversa realizada no dia 5 de abril de 2021 a não vacinação dos quilombolas fora dos seus territórios é retomada por Maria Amélia, que comenta acerca da vacinação informando o seguinte:

Olha, a vacinação no Amazonas, no Andirá, vai começar a partir do dia 7 de abril, nas comunidades quilombolas, para quem mora no quilombo; para quem mora na área urbana vai ser outro dia. Somente vão ser vacinados os que moram dentro do quilombo, aqueles que são reconhecidos, mas os que estão morando na cidade, na sede do município, também vão ser vacinados logo no outro dia. Mas em Manaus a gente ainda tá vendo como vai ser, nós estamos todos dependendo da resposta do senso de Barreirinha, mandar para Manaus, para a Fiocruz se responsabilizar pela nossa vacinação aqui em Manaus (Diálogo realizado em 05/04/2021).

Após essa conversa Maria informou que efetivamente a vacinação começou no dia 7 de abril com as comunidades de Trindade e São Pedro, sendo que a comunidade à qual pertence, Santa Teresa do Matupiri, foi vacinada no dia 8 de abril e a vacinação se seguiu até alcançar todas as comunidades quilombolas do rio Andirá. No dia 9 foram vacinados os habitantes da comunidade de Boa Fé e no dia 10 foi a vez dos habitantes de Ituquara. Mas Maria Amélia

¹⁴ Isso nos lembra o que Oliveira (2019: 65-66) narra sobre uma comunidade quilombola de Retiro, em Santa Leopoldina, Espírito Santo. Cercados por terras de fazendeiros, muitos deles descendentes direto de senhores de escravos, os quilombolas de Retiro narram a invasão progressiva desses fazendeiros sobre os limites geográficos dos seus territórios.

relatou sua preocupação com as famílias quilombolas, entre 30 e 40 famílias, do Andirá que estão em Manaus e que não tinham previsão de serem vacinadas – sendo que a mesma estava em Manaus à época desta conversa.

Apondo que essas comunidades são citadas no levantamento feito pela CONAQ denominado Vacinômetro Quilombola – 1º edição¹⁵. Esse levantamento, publicado no dia 6 de agosto de 2021 traça o panorama das dificuldades enfrentadas por quilombolas do Brasil inteiro no quesito vacinação durante a pandemia. Pelo relato de Maria Amélia veremos que em Barreirinha não houve dificuldades significativas quanto a esse quesito. O que a preocupou foi a garantia de vacinação aos quilombolas do Andirá que estavam em Manaus ou fora de seus territórios. Essa dificuldade dos quilombolas serem vacinados fora de seus territórios foi apontada pelo Vacinômetro Quilombola, por exemplo.

Maria Amélia também conversou com a equipe do InfoAmazonia sobre a situação no Andirá. Ela assim falou sobre os seus irmãos quilombolas em Barreirinha:

E eles lá também se cuidaram, se isolaram. Sempre existiu o isolamento, antes da pandemia já existia, e agora na pandemia continuou mais. Eles se guardaram, fizeram barreiras para viver lá, para fazer com que não acontecesse a entrada do vírus, mas teve casos em nossas comunidades quilombolas. Foram casos muito bem cuidados, porque logo trataram. Não tivemos nenhuma morte, graças a Deus, no quilombo. Mas tivemos no município. Tivemos em nossas comunidades vizinhas às áreas quilombolas. Perdemos irmãos indígenas também, que são vizinhos das nossas comunidades. E dentro do município existiram mortes de pessoas não-quilombolas (InfoAmazonia 2021).

Ao ser indagada sobre esse isolamento Maria informou que se referia à invisibilidade dos quilombolas do Andirá, apontando a falta de políticas públicas voltadas a essa população. Percebemos pelo relato de Maria que o vírus, mesmo contagiando diversas pessoas, não levou a óbito ou situações graves de infecção, pelo menos até o dia 11 de abril de 2021. No quesito infecção e óbitos esse é um cenário distinto daquele apresentado pelo Barranco de São Benedito, que está situado em um ambiente urbano, e afora isso em Barreirinha os quilombolas conseguiram ser vacinados pelo critério étnico de prioridade.

¹⁵ Disponível em: <http://conaq.org.br/vacinometro-quilombola-1a-edicao/>. Acesso em: 24/08/2021.

Maria retoma a questão da alimentação durante a pandemia. Ela contou que em Barreirinha

Muitas famílias tiraram o sustento do próprio suor, dos que eles plantam, porque dentro das nossas comunidades quilombolas a gente vive da banana, da roça, da macaxeira, do cará, do jerimum, do feijão, então essa alimentação servia para eles mesmos e eles também vendiam pros próprios quilombolas, ali dentro das comunidades. Foi essa a alimentação que eles conseguiram ter durante essa grande pandemia, mas nós temos esse problema ainda, dentro do Amazonas, esperando essa vacina que possa trazer um retorno de saúde a todos os quilombolas e não-quilombolas (Diálogo realizado em: 11/03/2021).

Destaco duas questões aqui. Primeiro: como já tinha pontuado até o dia 11 de abril de 2021 não havia casos de óbito, devido ao coronavírus, nas comunidades quilombolas do Andirá. Houve infecções, porém não foi preciso hospitalização, pois como informou Maria Amélia, os infectados se cuidaram em casa com o uso de remédios caseiros - xarope feito à base de limão, alho e jambu¹⁶. Já em outra conversa, no dia 16 de junho de 2021, Maria me informou que duas mulheres morreram, uma devido às sequelas da Covid-19, Maria Helena Rodrigues Andrade, e a outra propriamente pelo vírus, Amazonina Belém de Souza, sendo que ambas eram de Santa Teresa do Matupiri. Segundo: além da própria produção alimentícia Maria comentou sobre ajuda com alimentação que os quilombolas de Barreirinha tiveram. Ela citou uma ONG e o nome de algumas pessoas que se mobilizaram para doar cestas básicas para essas comunidades:

Nessa pandemia nós tivemos ONGs que nos ajudaram, uma ONG de Goiás ou Mato Grosso, veio através de uns irmãos quilombolas e de algumas pessoas que nós conhecemos em Manaus. Ajudaram as comunidades com 600 cestas. Ao chegar essas cestas a Federação Quilombola [do Município de Barreirinha] procurou o município para ajudar a levar essa alimentação até às comunidades, como aconteceu. A prefeitura deu o barco, foram entregando de comunidade em comunidade. Começaram pela comunidade do São Paulo do Açu, aí foi em Itaquara, Boa Fé, São Pedro, Trindade e a última comunidade foi o polo, que é Santa Teresa do Matupiri. Tivemos essa ajuda na primeira onda da Covid (Diálogo realizado em: 19/06/2021).

¹⁶ Algumas considerações sobre os usos do jambu contra a Covid-19 foram feitas em matéria publicada pelo site da Universidade Federal Rural da Amazônia. Essas considerações podem ser acessadas em: https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2585&catid=17&Itemid=121#:~:text=O%20conhecimento%20tradicional%20indica%20o,%2C%20estimulante%20sexual%20%2C%20dentre%20outros. Acesso em: 23/04/2021.

Ao ser indagada sobre alguma política pública voltada às comunidades quilombolas Maria informa o seguinte:

Não existiu, só existiu agora entrando na pandemia uma política pública voltada à agricultura familiar dentro das comunidades. A FOPAAM [Fórum Permanente de Afrodescendentes do Amazonas] e o Estado se reuniram e procuraram as comunidades quilombolas para fazer levantamento sobre o plantio dentro do quilombo. Foi agora recente. Então a gente tá dando início nesse plantio. A gente sempre corre atrás (Diálogo realizado em: 23/06/2021).

Nesse contexto, apesar das falhas a política pública que mais incidiu sobre os territórios quilombolas foi a imunização. Maria nos atualiza o andamento da vacinação para os quilombolas fora de seus territórios, como os que estão em Manaus:

Nós estávamos em espera, mas agora aconteceu. Agora em junho, 15 de junho [de 2021], nós tomamos vacina que veio e a Fiocruz mandou. O presidente [da Federação] mandou o nome das pessoas lá do quilombo para a Fiocruz. A responsável pela vacina no município mandou os dados para a gente tomar a vacina aqui em Manaus, como uma representação de Barreirinha. Então a prefeitura se responsabilizou e mandou. Nós tomamos. 30 pessoas tomaram a vacina aqui em Manaus. Nós estamos aguardando agora a segunda dose e ainda esperando o nome de outras pessoas que ainda não tomaram aqui em Manaus, que são quilombolas (Diálogo realizado em: 04/07/2021).

A vacinação ainda segue lentamente, como se pode constatar no relato de Amélia. Apesar de algumas obras voltadas para essas comunidades, que a prefeitura de Barreirinha fez, Maria aponta descaso no quesito saúde, pavimentação e educação. No geral, ela aponta que há uma ausência de políticas públicas para os quilombolas do Andirá, seja antes da pandemia ou durante a mesma. Mesmo assim ela ainda agradece o pouco que é feito pelos seus irmãos quilombolas e segue exigindo melhorias e um olhar atento para as demandas dessas comunidades.

Conclusão

Foi perceptível que as interlocutoras quiseram falar sobre o assunto do impactos da pandemia a fim de que a situação nos seus quilombos seja conhecida por outras pessoas. Vimos o quanto os quilombolas se organizaram para se protegerem e se manterem no contexto

pandêmico. A autonomia quilombola se destaca num contexto em que o poder público esqueceu deles ou fez pouco, muito pouco, por eles.

Keilah nos narrou que a população quilombola foi esquecida pelas autoridades, pois não foram ajudados em nada, sendo que tudo que aconteceu na comunidade do Barranco foi por meio de esforço próprio e das pessoas que ajudaram a Associação das Crioulas. No dia 11 de março de 2021 Amélia estava denunciando a falta de vacinas para os quilombolas do Amazonas e disse: “Nós precisamos ter vida para lutar pelo nosso povo quilombola”. É interessante apontar que a vacina é uma possibilidade de se continuar a vida num contexto mórbido e permeado de insegurança alimentar e insegurança sobre a própria vida, como é a atual pandemia. Os quilombolas continuam se reinventando para continuarem a vida.

Referências

ALBUQUERQUE, Renan & FERREIRA, Georgio Ítalo. 2019. “Dos relatórios provinciais à polifonia dos moradores do quilombo de Santa Tereza do Matupiri-Andirá/AM, norte do Brasil”. *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia (59): 36-55, jul./dez.

BANDEIRA, Luís Cláudio Cardoso. 2013. “*Rotas e raízes*” de ancestrais itinerantes. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

COMAS, Juan. “Os mitos raciais”. 1970. In: UNESCO. *Raça e Ciência* (vol. 1). São Paulo: Editora Perspectiva.

FILHO, Cruz. 1931. *História do Ceará – resumo didático*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo.

HARRIS, Jeffrey E. 2011. “A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo”. IN: *África do século XVI ao XVIII* editor Bethwell Allan Ogot; [tradução MEC – Centro de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos]. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: UNESCO. (Coleção História Geral da África; vol. 5).

MOURA, Clóvis. 1992. *História do negro brasileiro*. 2. Ed., São Paulo: Editora Ática.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. 2019. *Projeto político de um Território Negro: Memória, cultura e identidade quilombola em Retiro – Santa Leopoldina - ES*. Vitória: Editora Milfontes.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. 2016. “Navegando pelos altos rios: dilemas políticos, intelectuais e existenciais de uma antropóloga amazonista”. *Revista de Antropologia da UFSCAR – R@U*, n. 8 (1): 19-40.

RANCIARO, Maria Magela. 2019. “Processos metodológicos da pesquisa de campo em comunidades quilombolas do Amazonas”. *Revista Wamon*, 4(2): 119-132.

ROSA, Vinícius Alves da. 2019. “Repensando a categoria quilombo, um enfoque conceitual na Amazônia”. *Revista Wamon*, 4(1).

SAMPAIO, Patrícia Melo (org). 2016. *POSTURAS MUNICIPAIS, Amazonas (1838-1967)*. Manaus: EDUA.

SALLES, Vicente. 2004. *O negro na formação da sociedade paraense – textos reunidos*. Belém: Editora Paka-Tatu.

SALLES, Vicente. 2005. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3º ed., Belém: IAP; Programa Raízes.

SILVA, José Carlos Meireles da. 2015. “Soldados da borracha: os heróis esquecidos na Amazônia”. *Revista do Exército Brasileiro*. 151– Edição Especial (70 anos da FEB).

SILVA, Karollen Lima da. 2019. “Patrimônio cultural, festa e construção identitária: uma análise do processo de certificação quilombola na comunidade do Barranco de São Benedito (2010-2016)”. ANPUH – 30º *Simpósio Nacional de História* – Recife.

Sites

SANTOS, Maria Amelia dos. “Quilombolas do Rio Andirá e o enfrentamento à pandemia”. 26/08/2020. INFOAMAZONIA. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/08/26/portugues-quilombolas-do-rio-andira-e-o-enfrentamento-a-pandemia/>. Acesso em: 24/08/2021.

UFRA. “Você conhece as propriedades do jambú? Pesquisadora da UFRA fala sobre o assunto”. 15/05/2020. Disponível em: https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2585&catid=17&Itemid=121#:~:text=O%20conhecimento%20tradicional%20indica%20o,%2C%20estimulante%20sexual%20%2C%20dentre%20outros. Acesso em: 23/04/2021.

Podcast Pandemias na Amazônia. “Covid-19 em um quilombo de Manaus”. 12/08/2020. Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy8zMGIkYWM2MC9wb2RjYXN0L3Jzcw/episode/NDljZDc4ODctNGE4ZC00Njg3LWE0NTktODZhNWUyMzBkNWQx?sa=X&ved=0CAUQkfYCAhcKEwiY8eLxxPnvAhUAAAAAHQAAAAAQAg&hl=pt-BR>. Acesso em: 12/04/2021.

Comissão Pró-índio. “Terra quilombola rio Andirá”. Disponível em: <https://cpisp.org.br/sao-pedro-santa-fe-e-santa-terez-do-matupiri/>. Acesso em: 24/08/2021.

Vacinômetro CONAQ – 1º edição. 06/08/2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/vacinometro-quilombola-1a-edicao/>. Acesso em: 24/08/2021.